



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES (MDB/PI)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PIAUÍ.**

Requerimento 179/2024.

ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES, deputado estadual pelo MDB, FRANZÉ SILVA, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, deputado estadual pelo PT, ANA PAULA, deputada estadual pelo MDB e ZIZA CARVALHO, deputado estadual pelo MDB, todos com assento nesta Casa Legislativa, vem REQUERER, na forma regimental, que após ouvido o plenário, que seja aprovada **VOTO DE REPÚDIO** contra o **PROJETO DE LEI Nº 1904/24**, que tramita no Congresso Nacional e equipara as punições do aborto às de homicídio.

Nesse sentido, requerem que, após a aprovação, seja encaminhada **VOTO DE REPÚDIO** em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí em sentido contrário ao PL nº 1904/2024 ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Federal Arthur Lira, domiciliados no Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes, Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PIAUÍ, Teresina, 25 de junho de 2024.**


ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES

Deputado Estadual (MDB/PI).



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES (MDB/PI)

FRANZÉ SILVA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, deputado estadual (PT/PI)

ANA PAULA

Deputada Estadual (MDB/PI).

ZIZA CARVALHO

Deputado Estadual (MDB/PI).

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES (MDB/PI)

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento visa aprovação de **VOTO DE REPÚDIO** em face do PL Nº 1904/24, projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e equipara as punições do aborto às de homicídio.

Durante a sessão plenária de 24 de junho de 2024, os deputados da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI) criticaram o projeto de lei que tramita no Congresso Nacional e equipara as punições do aborto às de homicídio.

O MDB Mulher nacional e o MDB Mulher estadual, na pessoa da deputada Ana Paula pronunciou-se em sentido contrário ao projeto em tela.

O Deputado Henrique Pires afirmou concordar com o Ministro Chefe das Relações Institucionais do Governo Federal, Alexandre Padilha e com o governo Lula que rechaçam completamente qualquer alteração proposta por este PL.

A OAB nacional criou uma comissão para elaborar parecer sobre PL 1904/2024, o Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou no dia 17 de junho de 2024, por aclamação, um parecer que define como inconstitucional e ilegal o projeto de lei (PL) que equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao homicídio, com 81 membros, o Conselho da OAB é o órgão máxima da instituição que representa a advocacia brasileira.

O documento considera ainda que o PL remonta à Idade Média, sendo: *“atroz, degradante, retrógrado e persecutória a meninas e mulheres”. De acordo com o parecer, “[o PL] obriga meninas e mulheres, as principais vítimas de estupro, a duas opções: ou ela é presa pelo crime de aborto, cujo tratamento será igual ao dispensado ao crime de homicídio simples, ou ela é obrigada a gerar um filho do seu estuprador”*.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES (MDB/PI)

O Conselho votou a favor do parecer produzido por comissão formada por cinco representantes da OAB, todas mulheres, lideradas pela conselheira Silvia Virginia Silva de Souza, atual presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Foram realizados *“75 mil estupros por ano, com 58 mil desses estupros contra meninas de até 13 anos, 56% negras. O retrato das vítimas deste projeto de lei, se aprovado, são meninas pobres e negras que têm voz aqui, sim, nesse plenário. Eu vim desse lugar”*, disse Silvia de Souza durante a sessão do Conselho da OAB.

O parecer afirmou que o PL 1.904/24 viola a Constituição por não proteger e garantir o direito à saúde, principalmente às mulheres vítimas de estupro. Segundo o parecer, a pena imposta pelo projeto à mulher vítima de estupro, por ser maior que a pena imposta hoje ao estuprador, de acordo com o projeto, a mulher poderá ter uma pena que chega a 20 anos, enquanto o estuprador pode pegar, no máximo, 10 anos de cadeia, o que também viola o princípio da proporcionalidade que deve reger o direito penal.

Ao equiparar o aborto a homicídio, mesmo que dentro das exceções legais, o texto afronta princípios constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a solidariedade familiar e o melhor interesse da criança. Além disso, a proposta viola os direitos das meninas e mulheres, impondo-lhes ônus desproporcional e desumano.

Atribuir à vítima de estupro pena maior que do seu estuprador, não se coaduna com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade da proposição legislativa, além de tratamento desumano e discriminatório para com as vítimas de estupro

A presente nota de repúdio se baseia na desproporcionalidade e falta de razoabilidade da proposição legislativa em questão. Em suma, sob ótica do direito constitucional e do direito internacional dos direitos humanos o PL 1904/2024 é flagrantemente inconstitucional e ilegal.

Portanto, tendo em mente a plausibilidade da matéria solicitamos aos membros da Assembleia Legislativa a apreciação do tema, confiando, pelas razões expostas que submeto a superior consideração desse egrégio Poder Legislativo.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES (MDB/PI)

O Conselho votou a favor do parecer produzido por comissão formada por cinco representantes da OAB, todas mulheres, lideradas pela conselheira Silvia Virginia Silva de Souza, atual presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Foram realizados *“75 mil estupros por ano, com 58 mil desses estupros contra meninas de até 13 anos, 56% negras. O retrato das vítimas deste projeto de lei, se aprovado, são meninas pobres e negras que têm voz aqui, sim, nesse plenário. Eu vim desse lugar”*, disse Silvia de Souza durante a sessão do Conselho da OAB.

O parecer afirmou que o PL 1.904/24 viola a Constituição por não proteger e garantir o direito à saúde, principalmente às mulheres vítimas de estupro. Segundo o parecer, a pena imposta pelo projeto à mulher vítima de estupro, por ser maior que a pena imposta hoje ao estuprador, de acordo com o projeto, a mulher poderá ter uma pena que chega a 20 anos, enquanto o estuprador pode pegar, no máximo, 10 anos de cadeia, o que também viola o princípio da proporcionalidade que deve reger o direito penal.

Ao equiparar o aborto a homicídio, mesmo que dentro das exceções legais, o texto afronta princípios constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a solidariedade familiar e o melhor interesse da criança. Além disso, a proposta viola os direitos das meninas e mulheres, impondo-lhes ônus desproporcional e desumano.

Atribuir à vítima de estupro pena maior que do seu estuprador, não se coaduna com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade da proposição legislativa, além de tratamento desumano e discriminatório para com as vítimas de estupro

A presente nota de repúdio se baseia na desproporcionalidade e falta de razoabilidade da proposição legislativa em questão. Em suma, sob ótica do direito constitucional e do direito internacional dos direitos humanos o PL 1904/2024 é flagrantemente inconstitucional e ilegal.

Portanto, tendo em mente a plausibilidade da matéria solicitamos aos membros da Assembleia Legislativa a apreciação do tema, confiando, pelas razões expostas que submeto a superior consideração desse egrégio Poder Legislativo.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEP. ESTADUAL ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES (MDB/PI)

ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES

Deputado Estadual (MDB/PI).

FRANZÉ SILVA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, deputado estadual (PT/PI)

ANA PAULA

Deputada Estadual (MDB/PI).

ZIZA CARVALHO

Deputado Estadual (MDB/PI).